

LEONARDO MARCONDES
MACHADO

Manual de
INQUÉRITO POLICIAL

DE ACORDO COM AS LEIS

13.869/19 - ABUSO DE AUTORIDADE
e **13.964/19** - PACOTE ANTICRIME

2020


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
NOTA DO AUTOR	8
CAPÍTULO 1 - INQUÉRITO POLICIAL: CARACTERÍSTICAS FUNDAMENTAIS	15
1.1. INTRODUÇÃO	17
1.2. FINALIDADES	17
1.3. DESTINATÁRIOS	19
1.4. PRESIDÊNCIA	20
1.5. NATUREZA JURÍDICA	20
1.5.1. LIMITAÇÕES COGNITIVAS	21
1.6. RACIOCÍNIO JURÍDICO INVESTIGATIVO	23
1.7. DISPENSABILIDADE?	25
1.8. INFORMATIVIDADE	26
1.9. INQUISITIVIDADE	27
1.9.1. CONTRADITÓRIO (MITIGADO) E DEFESA (LIMITADA)	27
1.9.1.1. AMPLIAÇÃO DEFENSIVA NAS INVESTIGAÇÕES RELACIONADAS AO USO DE FORÇA LETAL	30
1.9.2. GARANTIA DE IMPESSOALIDADE X SUSPEIÇÃO DO DELEGADO DE POLÍCIA	31
1.9.3. INQUISITIVIDADE E INFORMATIVIDADE DO INQUÉRITO X NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS	34
1.10. SIGILOSIDADE	36
1.10.1. NOÇÃO GERAL E REFERÊNCIA LEGAL	36
1.10.2. FUNDAMENTO	36
1.10.3. ESPÉCIES DE SIGILO: EXTERNO E INTERNO	37
1.10.4. SIGILO DO IP X ESTATUTO DA ADVOCACIA	37
1.10.5. VIOLAÇÃO AO DIREITO DE INFORMAÇÃO	40
1.11. DOCUMENTALIDADE	40
1.12. DISCRICIONARIEDADE (?)	43
1.12.1. O LUGAR PROCEDIMENTAL DA “DISCRICIONARIEDADE”	43
1.12.2. ARTIGOS 6º E 7º DO CPP: ROL EXEMPLIFICATIVO DOS ATOS DE INVESTIGAÇÃO	44
1.12.3. OUTRAS DILIGÊNCIAS PRETENDIDAS À INSTRUÇÃO DO CASO PENAL PARA ALÉM DAS DETERMINADAS PELA AUTORIDADE PRESIDENTE DO INQUÉRITO: ENTRE REQUERIMENTOS E REQUISITÕES	44
1.13. OBRIGATORIEDADE (MÍTICA)	47
1.14. OFICIOSIDADE	48
1.15. OFICIALIDADE	49

1.16. INDISPONIBILIDADE	49
-------------------------------	----

CAPÍTULO 2 - COMPETÊNCIA JURISDICIONAL E ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA POLICIAL.. 51

2.1. INTRODUÇÃO	53
2.2. CRITÉRIOS (LEGAIS) DE DETERMINAÇÃO	53
2.3. ATRIBUIÇÃO EM RAZÃO DA PESSOA INVESTIGADA	55
2.4. ATRIBUIÇÃO EM RAZÃO DA MATÉRIA INVESTIGADA	56
2.4.1. CRIMES ELEITORAIS	56
2.4.2. CRIMES MILITARES	56
2.4.2.1. HOMICÍDIOS POR MILITARES CONTRA CIVIS	57
2.4.3. “CRIMES FEDERAIS”	58
2.5. ATRIBUIÇÃO EM RAZÃO DO LOCAL DO SUPOSTO CRIME	66
2.5.1. CASUÍSTICA JURISPRUDENCIAL	67
2.5.2. FIXAÇÃO PELA PREVENÇÃO	69
2.6. VIOLAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO INVESTIGATIVA	70

CAPÍTULO 3 - O ÍNÍCIO: ATOS DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL 73

3.1. NOTÍCIA-CRIME	75
3.1.1. LIMITAÇÃO CONCEITUAL	75
3.1.1.1. NOTÍCIA-CRIME E TIPICIDADE APARENTE.....	76
3.1.2. ESPÉCIES	77
3.1.2.1. NOTÍCIA-CRIME DE COGNIÇÃO DIRETA, IMEDIATA OU ESPONTÂNEA	77
3.1.2.1.1. NOTÍCIA-CRIME APÓCRIFA OU DENÚNCIA ANÔNIMA	77
3.1.2.2. NOTÍCIA-CRIME DE COGNIÇÃO INDIRETA, MEDIATA, PROVOCADA OU QUALIFICADA	79
3.1.2.3. NOTÍCIA-CRIME DE COGNIÇÃO COERCITIVA	79
3.1.2.3.1. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE: NOTAS PROCEDIMENTAIS.....	80
3.2. INÍCIO DO INQUÉRITO POLICIAL	85
3.2.1. NOS CASOS DE INICIATIVA PÚBLICA INCONDICIONADA	85
3.2.1.1. DE OFÍCIO.....	85
3.2.1.2. POR REQUISIÇÃO JUDICIAL OU MINISTERIAL	85
3.2.1.3. POR REQUERIMENTO DO OFENDIDO	87
3.2.1.4. POR COMUNICAÇÃO DE QUALQUER DO POVO.....	87
3.2.2. NOS CASOS DE INICIATIVA PÚBLICA CONDICIONADA	88
3.2.3. NOS CASOS DE INICIATIVA PRIVADA	88
3.2.4. PELO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....	88
3.3. PEÇA FORMAL DE INSTAURAÇÃO	89
3.3.1. DEFINIÇÃO JURÍDICA PROVISÓRIA.....	89
3.4. MITIGAÇÕES À OBRIGATORIEDADE INVESTIGATIVA	90

CAPÍTULO 4 - O DESENVOLVIMENTO: ATOS DE INSTRUÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL.. 93

4.1. ATOS DE INVESTIGAÇÃO X ATOS DE PROVA	95
4.2. PROVIDÊNCIAS INVESTIGATIVAS (ORDINÁRIAS): ARTS. 6º E 7º DO CPP	96
4.2.1. LOCAL DE CRIME.	97
4.2.2. APREENSÃO DE OBJETOS	98
4.2.2.1. CADEIA DE CUSTÓDIA	99
4.2.2.1.1. INTEGRIDADE PROBATÓRIA: SOBRE ACREDITAÇÃO E CONFIABILIDADE ...	99
4.2.2.1.2. PREVISÃO LEGAL	101
4.2.2.1.3. VESTÍGIOS IMATERIAIS	103
4.2.2.1.4. VIOLAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA	106
4.2.3. COLETA INFORMATIVA	108
4.2.4. DECLARAÇÃO DO OFENDIDO.	110
4.2.5. DEPOIMENTO TESTEMUNHAL	114
4.2.5.1. TESTEMUNHO E TESTEMUNHA: NOÇÕES GERAIS.	114
4.2.5.2. RISCOS E CAUTELAS: LIÇÕES ELEMENTARES DA EPISTEMOLOGIA E DA PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO.	115
4.2.5.3. DEPOIMENTO ESPECIAL: OITIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	117
4.2.6. INTERROGATÓRIO DO SUSPEITO	122
4.2.7. RECONHECIMENTO DE PESSOA OU COISA	124
4.2.7.1. DISCIPLINA LEGAL BRASILEIRA	124
4.2.7.2. RECONHECIMENTO PESSOAL: BREVES APONTAMENTOS A PARTIR DA PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO	126
4.2.7.3. RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO.	128
4.2.7.4. A NECESSÁRIA MUDANÇA	128
4.2.8. ACAREAÇÃO	129
4.2.9. PERÍCIA.	130
4.2.9.1. PERITO	130
4.2.9.2. EXAME DE CORPO DE DELITO.	131
4.2.9.3. PERÍCIAS EM ESPÉCIE (CONFORME STJ)	132
4.2.10. REPRODUÇÃO SIMULADA DOS FATOS	133

CAPÍTULO 5 - A CONCLUSÃO: ATOS DE FINALIZAÇÃO DO INQUÉRITO POLICIAL 135

5.1. PRAZOS (LEGAIS) DE CONCLUSÃO.	137
5.1.1. A REGRA ORDINÁRIA DO CPP DE 1941.	137
5.1.1.1. NOTAS CRÍTICAS.	139
5.1.2. DURAÇÃO RAZOÁVEL DA PERSECUÇÃO PENAL	140
5.1.3. REGRAS ESPECIAIS.	146
5.2. RELATÓRIO (FINAL) DA AUTORIDADE POLICIAL.	146
5.2.1. INDICIAMENTO	148
5.2.1.1. NOÇÃO GERAL	148
5.2.1.2. STANDARD INDICIÁRIO	149
5.2.1.3. ARBITRARIEDADE OU LEGALIDADE?.	149
5.2.1.4. PRESSUPOSTO DE MATERIALIDADE (JURÍDICO-PENAL): O FATO PUNÍVEL	150
5.2.1.5. ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA	150

5.2.1.6. LIMITAÇÃO PROCEDIMENTAL.....	151
5.2.1.7. MOMENTO INDICIÁRIO.....	152
5.2.1.8. CONSEQUÊNCIAS.....	153
5.2.1.9. DESINDICIAMENTO: REVOGAÇÕES E NULIDADES.....	155
5.3. DELIBERAÇÕES ACUSATÓRIAS: PÚBLICAS E PRIVADAS.....	156
5.4. ARQUIVAMENTO.....	157
5.4.1. SISTEMAS DE CONTROLE DA LEGITIMIDADE.....	157
5.4.2. MODELO BRASILEIRO: ILEGITIMIDADE POLICIAL E JUDICIAL.....	159
5.4.2.1. NATUREZA JURÍDICA DO ARQUIVAMENTO.....	163
5.4.3. CONTROLE MINISTERIAL HIERÁRQUICO: PROPOSTAS ANTERIORES DE REFORMA..	165
5.4.4. HIPÓTESES.....	166
5.4.5. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO.....	167
5.4.6. DESARQUIVAMENTO.....	168
5.5. TRANCAMENTO.....	171
5.6. DEVOLUÇÃO PARA NOVAS DILIGÊNCIAS.....	172
CAPÍTULO 6 - JUIZ DE GARANTIAS.....	175
6.1. INTRODUÇÃO.....	177
6.2. IMPARCIALIDADE JUDICIAL.....	179
6.3. COMPETÊNCIA.....	179
6.4. DIVISÃO PROCEDIMENTAL.....	182
6.5. COMPOSIÇÃO.....	184
6.6. TUTELA DA IMAGEM DO PRESO.....	185
CAPÍTULO 7 - MEIOS EXTRAORDINÁRIOS (?) DE INVESTIGAÇÃO.....	187
7.1. TEORIA DA PROVA: NOÇÕES DOGMÁTICAS.....	189
7.1.1. DISTINÇÕES TERMINOLÓGICAS E CONCEITUAIS.....	189
7.1.2. MEIOS EXTRAORDINÁRIOS DE INVESTIGAÇÃO.....	191
7.2. INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES.....	192
7.2.1. NOÇÕES GERAIS.....	192
7.2.2. INTERCEPTAÇÃO EPISTOLAR.....	193
7.2.3. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, INFORMÁTICA E TELEMÁTICA.....	194
7.2.3.1. INTRODUÇÃO.....	194
7.2.3.2. INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS.....	195
7.2.3.3. INTERCEPTAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES TELEMÁTICAS.....	196
7.2.4. INTERCEPTAÇÃO ENTRE PESSOAS PRESENTES.....	196
7.2.4.1. REFERÊNCIA LEGAL.....	196
7.2.4.2. DEFINIÇÃO E ESPÉCIES.....	197
7.2.4.3. CAPTAÇÃO AMBIENTAL.....	198
7.2.4.4. PROCEDIMENTO LEGAL E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	198
7.3. COLABORAÇÃO PREMIADA.....	201

7.3.1. INTRODUÇÃO.....	201
7.3.2. DISCIPLINA LEGAL BRASILEIRA.....	202
7.3.3. NATUREZA.....	203
7.3.4. CRÍTICAS.....	204
7.3.5. VALOR (INFORMATIVO OU PROBATÓRIO) DO RELATO DO COLABORADOR.....	205
7.4. FORNECIMENTO DE DADOS CADASTRAIS.....	206
7.4.1. DADOS PARA INVESTIGAÇÃO DE TRÁFICO DE PESSOAS.....	207
7.5. BUSCAS EM APARELHOS CELULARES.....	208
7.6. INFILTRAÇÃO POLICIAL.....	211
7.6.1. INTRODUÇÃO.....	211
7.6.2. INFILTRAÇÃO TRADICIONAL.....	211
7.6.3. INFILTRAÇÃO VIRTUAL.....	213
7.6.3.1. INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	214
7.6.3.2. INVESTIGAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	215
CAPÍTULO 8 - PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....	217
8.1. INTRODUÇÃO.....	219
8.2. A POLÍCIA: SOBRE ORDEM PÚBLICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	219
8.3. O DELEGADO DE POLÍCIA COMO GARANTE DA LIBERDADE.....	221
8.4. SISTEMA PENAL MINIMALISTA.....	223
8.5. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	225
8.6. FLAGRANTES DE BAGATELA.....	227
CAPÍTULO 9 - TÓPICOS ESPECIAS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.....	231
9.1. BANCOS INFORMATIVOS NACIONAIS.....	233
9.1.1. PERFIS BALÍSTICOS.....	233
9.1.2. MULTIBIOMÉTRICO E DE IMPRESSÕES DIGITAIS.....	234
9.1.3. PERFIS GENÉTICOS.....	235
9.2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.....	238
9.2.1. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ESPECIALIZADA (?): ENTRE PREVISÕES NORMATIVAS E DILEMAS CONCRETOS.....	238
9.2.2. A DESCONSIDERAÇÃO DA VONTADE DA VÍTIMA NOS CASOS DE LESÕES CORPORAIS... ..	240
9.3. O PRÉ-JOGO CRIMINAL.....	242
9.3.1. SOBRE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR E TEORIA DOS JOGOS.....	242
9.3.2. PARA ALÉM DO ROMANTISMO.....	243
9.3.3. UM (PRÉ)JOGO SEM AMADORISMOS.....	244
9.3.4. PARA NÃO CONCLUIR.....	247
CAPÍTULO 10 - PROPOSTAS (ENSAÍSTICAS) DE REFORMA DO INQUÉRITO POLICIAL..	249

10.1. INTRODUÇÃO	251
10.2. LINHAS GERAIS	251
10.3. O INÍCIO: FILTRO DE ADMISSIBILIDADE DA NOTÍCIA-CRIME.....	252
10.4. O DESENVOLVIMENTO: COGNIÇÃO INSTRUTÓRIA LIMITADA E RELATIVAMENTE PARTICIPATIVA.....	254
10.5. A CONCLUSÃO: RELATÓRIO DO CASO E JUÍZO POLICIAL INDICIÁRIO	257
BIBLIOGRAFIA.....	259